

A sociedade europeia na era tecnológica e o papel das ciências sociais*

I

INTRODUÇÃO

1. Tendo em conta os limites dum relatório deste tipo, é mais conveniente apresentar problemas e enunciar questões do que adiantar soluções. Se é verdade que a sociedade europeia «na era tecnológica», se defronta com dificuldades de adaptação, o que é preciso saber é até que ponto são essas dificuldades provocadas mais pelo desenvolvimento científico e técnico do que por outros factores. E saber ainda até que ponto poderá o recurso às ciências sociais contribuir para as ultrapassar.

2. Esta questão está precisamente no cerne das pesquisas com que as ciências sociais alimentam o progresso das suas várias disciplinas: faz parte da sua história de ontem e alimenta já a sua história de amanhã. Tal como o entusiasmo europeu foi temperado pela questão prévia: «que Europa?», também o optimismo reformista que depositava as suas esperanças numa espécie de tecnologia social baseada nas ciências sociais foi perturbado pela seguinte questão preliminar: «Que sociedade e com que ciências sociais?».

3. Está aberto o debate. E se é prematuro prever o sentido em que a história o resolverá, pode-se, pelo menos, indicar o modo como as questões postas sobre o desenvolvimento e a utilização das ciências sociais na Europa remete para as próprias questões que a Europa põe a si mesma acerca do seu futuro político. Se as ciências sociais fazem parte da consciência que toda e qualquer sociedade tem e adquire de si mesma, é seguramente uma parte do destino europeu que se joga com elas, em função do seu progresso, da sua capacidade para se fazerem levar em conta e das condições em que serão utilizadas. Longe, por conseguinte, de ser um inventário e, por maioria de razão, muito menos um balanço do que são e poderão vir a ser as ciências sociais, este relatório esforça-se por precisar

* Relatório apresentado à 4.ª Conferência Parlamentar e Científica convocada pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, que teve lugar em Florença, nos dias 12 a 14 de Novembro de 1975.

os laços que as pesquisas no domínio das ciências sociais estabelecem com a esfera da decisão política e os limites dentro dos quais desempenharão o seu papel, papel que não é indiferente às estruturas, às mudanças e aos conflitos através dos quais a sociedade europeia desvenda e constrói o seu futuro.

II

O UNIVERSO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

4. As ciências sociais constituem um universo relativamente pluralista, comportando fronteiras imprecisas e um conteúdo heterogéneo. As disciplinas incluídas na rubrica «ciências sociais», «ciências humanas» ou «ciências do comportamento» variam de país para país. Neste relatório entendemos por «ciências sociais» o conjunto complexo de disciplinas que tratam do comportamento do homem e das instituições sociais, e que vão da economia à sociologia passando pela antropologia. Cada uma das disciplinas deste conjunto possui um objecto e um conteúdo específicos e dispõe, para abordar os problemas que lhe são postos, de quadros conceptuais e de metodologias próprias.

5. É impossível elaborar uma lista completa desses domínios cujas denominações, repartição pelas diversas disciplinas universitárias e relações internas variam duma Universidade para outra e de um país para outro. É em função das tradições e dos interesses nacionais que certos domínios das ciências sociais são ou não, mais num determinado país do que noutro, objecto de ensino e de investigação especializados. A repartição por disciplinas universitárias ou domínios da investigação está, aliás, em constante evolução sob o efeito de uma especialização crescente.

6. As tradições nacionais não bastam, contudo, para explicar o facto de a terminologia variar de país para país. Denominações diferentes correspondem, na maior parte dos casos, a concepções e orientações de investigação também diferentes. É assim que a antropologia social, a antropologia cultural e a etnologia não são absolutamente idênticas, e que aquilo que em certos países é considerado «geografia social» recobre uma grande parte do que noutros países é designado por sociologia (tal como sucede com certos elementos do ordenamento regional e urbano). As próprias denominações mais gerais são ambíguas.

7. As ciências sociais reflectem concepções diferentes nos diferentes países e podem estar, quer confundidas no seio das estruturas universitárias, quer dispersas pelas diferentes faculdades. Esta ambiguidade é talvez inevitável, visto que estas disciplinas, na medida em que tratam do homem, não podem ser isoladas do seu contexto cultural. Ocupam por conseguinte territórios comuns e estão estreitamente ligadas às humanidades.

7.a) No seio de uma mesma disciplina encontramos frequentemente inúmeras escolas que se distinguem pelas suas perspectivas conceptuais ou pelas suas metodologias. A situação de grande número de disciplinas sociais é caracterizada pela ausência, acerca do «método» e dos «conceitos científicos», de um consenso análogo ao que geralmente existe nas ciências da natureza. Esta realidade levou certos críticos a pôr em causa a própria cientificidade das ciências sociais. Embora não se podendo responder a

uma tal questão de princípio, convém sublinhar a principal diferença que existe entre as ciências sociais e as ciências da natureza, diferença que explica o avanço muitas vezes lento e o «atraso» das primeiras e que consiste em que a relação muito directa existente entre o investigador das ciências sociais e o seu objecto de estudo torna a objectivação científica muito difícil.

8. Do ponto de vista de políticas que visem quer o desenvolvimento quer a utilização das ciências sociais, as fronteiras entre disciplinas e sub-disciplinas têm talvez menos importância que a própria natureza dos trabalhos de investigação. Várias distinções têm sido avançadas; por exemplo: com base nas motivações que as inspiram, entre «investigação fundamental» e «investigação aplicada» e, com base no modo de financiamento, entre «investigação orientada» e «não orientada». Estas dicotomias, que são sempre artificiais, nunca dão inteiramente conta dos problemas levantados pela aplicação das ciências sociais.

9. É talvez mais esclarecedor distinguir entre diferentes «produtos» fornecidos pelos que se ocupam nas ciências sociais e analisar as diferentes formas sob as quais são utilizados esses produtos.

10. A função mais geral da investigação em ciências sociais é a de descrever e compreender a sociedade em cada momento da sua evolução. Esta função confere às ciências sociais um papel essencial em qualquer comunidade humana que se queira conhecer a si mesma. E daí decorre a forma mais geral da sua aplicação: modificar a longo prazo os esquemas de pensamento que comandam a interpretação da realidade social.

11. Para aplicações mais imediatas, os subprodutos da investigação desempenham um papel importante. Muitos trabalhos determinados pelas necessidades da gestão administrativa inspiram-se na investigação. No tocante a este tipo de trabalhos, convém em primeiro lugar mencionar os estudos que se assemelham por vezes a investigações, mas que estão — na maior parte dos casos — desactualizados relativamente ao desenvolvimento científico já alcançado. Estes estudos caracterizam-se pela diversidade dos seus métodos e das suas hipóteses e pelo facto de o seu centro de interesse ser fortemente predeterminado.

12. Há também que referir as técnicas de recolha de dados, que não são mais do que um instrumento de pesquisa, nomeadamente as sondagens, a observação económica da conjuntura, etc. Na mesma ordem de ideias, pode-se também salientar a importância que por vezes assumem, para a administração pública, certos métodos de abordagem de problemas inspirados pela investigação, como, por exemplo, a teoria dos jogos. No entanto, a utilização destas técnicas não atribui só por si qualquer fundamento científico a uma dada acção.

13. Um aspecto mais recente da pesquisa social é aquele em que se procura associar a constituição de um novo saber à acção sobre a realidade. É o caso de diferentes formas de experimentação social e de investigações sobre a decisão. Sem pretendermos discutir em pormenor estes trabalhos, que dão mais directamente prioridade ao aspecto da aplicação, convém salientar que continua a ser muito controversa a importância real do contributo propriamente científico que fornecem.

14. A aplicação prática das ciências sociais reveste, evidentemente, a sua forma mais directa na utilização de diplomados (em ciências sociais) noutras profissões que não a investigação e o ensino, ou ainda no recurso ao investigador social na qualidade de consultor.

NO CAMINHO PARA UMA POLÍTICA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

15. Muito antes de ter sido formulada qualquer política explícita da investigação científica, já haviam sido desencadeadas em praticamente todos os países europeus iniciativas governamentais com vista a conseguir-se uma certa adequação da produção científica aos objectivos económicos, militares e políticos. Entre os diversos sectores da actividade governamental foi o sector da defesa o primeiro a saber organizar-se para mobilizar a inovação técnica. A partir do final do século passado, os argumentos de produtividade passaram a ser frequentemente invocados nos países industrializados europeus para se obter o apoio governamental à investigação técnica com o objectivo de possibilitar às indústrias nacionais serem competitivas no mercado internacional.

16. Tais argumentos podem, desde então, ser encontrados nos debates que precederam a criação de instituições de pesquisa ou a reforma de instituições já existentes. Mas uma outra preocupação se nos depara com a mesma constância nesses debates: a da dificuldade de comunicação entre, por um lado, o mundo político, administrativo e económico e, por outro, o mundo científico. Foi somente em fins dos anos 50 e, na maior parte dos países, no início dos anos 60, que as diversas tentativas para ligar mais estreitamente a pesquisa científica aos objectivos da política nacional alcançaram soluções mais coerentes, concretamente: institucionalização duma política científica, quer numa administração horizontal, quer num ministério da ciência.

17. Esta institucionalização e este muito forte aumento do financiamento a investigação científica durante os anos 60 foram, na Europa, antes de mais uma reacção ao perigo de ver aumentar «o fosso tecnológico» relativamente aos Estados Unidos e consequentemente a dependência da economia europeia perante a América. Inspirando-se em trabalhos que tinham estabelecido uma relação automática entre investigação científica e crescimento económico¹, a política científica manteve-se bastante indiferenciada relativamente aos meios de que dispôs no decurso de um primeiro período que se prolongou, conforme os países, até 1965-69. De facto, os meios proporcionados à investigação aumentaram constantemente em todos os domínios científicos, como se esse crescimento devesse bastar por si só para multiplicar as aplicações técnicas.

18. O objectivo principal, ou mesmo único, desta política, era colocar as ciências da natureza e a tecnologia ao serviço do crescimento económico. Quanto às ciências sociais elas não entravam, nesta época, senão a título puramente formal nas preocupações governamentais. Foi somente a partir de meados dos anos 60, em resposta ao aumento do número de conflitos sociais, que as ciências sociais se tornaram simultaneamente objecto de reflexão e domínio de intervenção para as instâncias da política científica.

19. O muito forte aumento do crescimento económico, em parte acelerado pelo progresso tecnológico, não se traduziu somente numa certa

¹Por exemplo, R. M. Solow, «Technical Change and the Aggregate Production Function», *Review of Economic Statistics*, vol. 39, 3, 1957; S. Fabricant, *Economic Progress and Economic Change*, 34.º relatório anual do National Bureau of Economic Research, Princeton University Press, 1959.

abundância material. O crescimento económico e a acumulação de riquezas agravaram simultaneamente certas distorções entre regiões, entre cidades e campos, entre categorias socioprofissionais. Consta-se então que a prioridade conferida exclusivamente ao crescimento quantitativo acarretava custos sociais consideráveis, poluição, degradação do meio ambiente natural, emergência de novas formas de lutas sociais, desorientação de uma parte da população face às mudanças ocorridas em inúmeros domínios, etc.

20. No fim dos anos 60, as tensões desencadeadas pela revolta estudantil (que teve repercussões praticamente em todos os países europeus) anunciavam já o pôr em causa desta política «quantitativa». Os sinais de crise e a reacção pública forçaram os governos a repensar os objectivos políticos.

21. E onde por vezes se supunha que a questão era apenas chegar a acordo relativamente aos meios para atingir objectivos de modo geral aceites, surgiram afinal conflitos sobre a própria natureza desses objectivos, e verificou-se que só reconhecendo o carácter conflitual e contraditório das situações presentes se poderia esperar clarificar e definir uma política das ciências sociais: e uma tal política foi então sendo progressivamente reconhecida como necessária, enquanto prolongamento de toda e qualquer política que não somente vise resolver os problemas imediatos mas que tenha também como objectivo criar activamente uma sociedade mais justa e mais emancipada.

22. Esta ligação entre ciências sociais e problemas sociais pode, todavia, ocasionar certos equívocos: por um lado, as ciências sociais não podem ser consideradas como um simples instrumento de gestão administrativa; por outro lado, do ponto de vista dos temas de investigação e do alcance das construções teóricas, o contributo das ciências sociais não se limita a aclarar as políticas sociais *stricto sensu*. Além disto, não deve ser negligenciado o facto de inúmeras pesquisas sociais não se destinarem nem exclusivamente nem prioritariamente às autoridades públicas. O efeito indirecto dos conhecimentos sobre a consciência e o desenvolvimento de diferentes processos sociais é talvez mais importante que a sua utilização explícita pelos «agentes de decisão».

23. Para discutir os problemas do desenvolvimento e da utilização das ciências sociais é conveniente lembrar certas experiências já adquiridas nos diversos países, o seu êxito e também os seus fracassos. Tendo em conta a parte considerável reservada ao Estado no financiamento da investigação em ciências sociais (cerca de 90 % em praticamente todos os países europeus), é evidente que o problema da relação entre ciências sociais e decisão política e administrativa (no sentido amplo) deve ter um lugar importante no exame da questão; e se conferirmos a justa importância ao papel da informação nas sociedades actuais e consequentemente considerarmos a importância de que se reveste o seu controlo, o acesso aos resultados da investigação e a ligação destes às decisões políticas põem ainda o problema das relações entre poder executivo e poder legislativo.

24. A evocação histórica, por mais breve que seja, das relações entre a política (em sentido amplo) e as ciências sociais deveria permitir tirar certas lições. No entanto, a ausência relativa de teorias relativamente às quais haja consenso, a existência de inúmeras teorias concorrentes em praticamente todas as disciplinas sociais e a situação dos debates sobre as metodologias e o estatuto epistemológico das diferentes disciplinas exigem daqueles que se preocupam em aplicar as pesquisas não apenas um certo realismo mas também e sobretudo uma atitude intelectual muito aberta.

A TENTATIVA DE UMA TECNOLOGIA SOCIAL

25. A impotência das políticas económicas face à grande crise de 1929 havia abalado a teoria liberal clássica. A reflexão que se seguiu a esse abalo e as diversas experiências de economia de guerra podem ser consideradas como os germes duma reestruturação do capitalismo do pós-guerra. Essa reestruturação transformou as sociedades industriais da Europa ocidental, passando o Estado a desempenhar uma função de planificador e a intervir em domínios cada vez mais diversos.

26. Deste modo, o actual sistema económico representa um capitalismo «liberal», no qual se continua a conferir um lugar importante aos mecanismos do mercado, mas em que uma certa concertação social (sob formas muito diferentes) e intervenções planificadas tentam evitar os inconvenientes do livre jogo de forças. Segundo A. Schonfield, estas sociedades caracterizam-se por uma política que tem como principal objectivo o pleno emprego e como um dos principais motores o progresso tecnológico².

27. Dois factores foram, a partir do fim da guerra, essenciais para a emergência dessa política:

- a) Assistiu-se após a guerra a um importante crescimento das organizações profissionais representativas. Um grau elevado de organização da sociedade é, de facto, condição prévia para todo e qualquer mecanismo de «concertação». Esses mecanismos podem revestir formas muito diversas, desde a planificação francesa à «sozial-partnerschaft» alemã ou austríaca. Mas estes mecanismos de «concertação» só podem funcionar a longo prazo se se verificar a condição prévia de serem reconhecidos por organizações representativas. Nos países escandinavos e nos países de língua alemã, o processo levou ao aparecimento de centrais sindicais e patronais poderosas e unificadas, enquanto que os países latinos e a Grã-Bretanha evoluíram para uma maior cooperação e coordenação entre uma diversidade de organizações.
- b) Ao que indicámos na alínea a), somou-se a institucionalização dum aparelho estatístico de informação, de observação e de análises económicas. É verdade que, em quase todos os países europeus, as séries estatísticas demográficas remontam ao século XIX e em certos casos mesmo ao século XVIII ou ainda antes; e que desde os anos 20 e 30 vários países integraram nos seus serviços de estatística séries sobre a produção e as trocas comerciais. Mas a novidade nos serviços do pós-guerra foi a ligação entre a recolha de dados e um esforço permanente de pesquisa, de conceptualização e de construção de modelos.

28. Esta institucionalização dum aparelho estatístico, geralmente em relação com os órgãos encarregados da política económica ou sob sua tutela directa, conferiu um importante poder aos economistas, tanto no

² A. Shonfield, *Modern Capitalism — The Changing Balance of Public and Private Power*, The Oxford Press, 1965.

governo e na administração pública, como nos meios científicos: ligação entre investigação e política económicas que é, precisamente, o primeiro exemplo duma política das ciências sociais a grande escala. Estreitamente dependente das necessidades da gestão económica, essa ligação favoreceu a evolução no sentido da quantificação e da modelização, na base duma teoria neo-clássica cujo objectivo é o de estabelecer leis matemáticas às quais obedeceriam os fenómenos económicos no quadro dum equilíbrio geral. O sucesso da política económica anti-cíclica formulada por estes economistas-práticos dava à sua concepção das ciências económicas a força dum modelo no qual numerosos representantes de outras disciplinas sociais julgaram dever inspirar-se.

29. A evolução das ciências sociais verificada desde o imediato pós-guerra até finais dos anos 50 não pode ser separada do clima político e ideológico dessa época. A guerra fria era um obstáculo para as ciências que avançavam críticas de fundo à ordem estabelecida. A evolução da corrente marxista, com muito peso na tradição europeia, foi particularmente afectada, tendo pelo contrário a concepção empirista das ciências sociais correspondido às exigências ideológicas desta situação: a imitação do funcionamento das ciências da natureza conferia-lhe a aparência de neutralidade e servia-lhe de caução científica.

30. Além disso, a influência da investigação americana favoreceu o desenvolvimento das investigações empíricas na Europa, tanto mais que a capacidade de pesquisa e de cálculo dos institutos de investigação americana tornava possíveis estudos dificilmente realizáveis na Europa nessa época. As sondagens, os inquéritos de motivação e de atitude tornavam-se para as ciências sociais o símbolo da possibilidade de ascenderem um dia ao mesmo grau de cientificidade das ciências da natureza. Não é, aliás, irrelevante notar que os representantes mais eminentes desta corrente, nomeadamente Paul Lazarsfeld, tenham começado a sua carreira numa disciplina das ciências da natureza e que os epistemólogos que formularam os fundamentos lógicos e filosóficos desta corrente, como R. K. Popper e D. Carnapp, se inspirassem sobretudo em exemplos extraídos das ciências da natureza.

31. Esta concepção das ciências sociais, predominante durante os anos 50 e mesmo até meados dos anos 60, originou o mito duma «tecnologia social» segundo o qual os problemas sociais poderiam ser resolvidos graças a uma tecnologia importada das investigações empíricas, do desenvolvimento dos modelos matemáticos e duma teoria dos sistemas.

32. É preciso, diga-se de passagem, salientar que esta corrente não foi um fenómeno unicamente intelectual. A ligação mais directa entre a investigação e uma procura social de informação exerceu a sua influência na organização e execução da investigação: ao trabalho individual e artesanal universitário passou a opôr-se, sobretudo depois de 1945, um trabalho de investigação progressivamente organizado fora da universidade. A inércia da universidade e o corporativismo do seu pessoal acabaram por favorecer uma evolução que foi colocando progressivamente a investigação social em grande escala no seio de instituições sob tutela governamental mais directa, assim se reduzindo a força do controlo científico exercido pela crítica cruzada dos pares.

33. Pode dizer-se que o grosso das investigações sociais se instalou nos serviços estatísticos e de estudos integrados na administração pública, em grandes organismos de investigação sob tutela de administrações técnicas (é esse sobretudo o caso da França) ou num sector peri-universitário, isto é,

em centros que se foram desenvolvendo na periferia da universidade mas independentes dela³.

34. A partir dos anos 50, assiste-se igualmente no sector privado a uma crescente procura das ciências sociais, particularmente de certas especialidades das ciências económicas, nomeadamente o *marketing* e a gestão. É o caso de gabinetes de estudos e de consulta e de serviços de empresas. Estas solicitações, assim como a iniciativa de certas administrações públicas, estão na origem de um sector privado de investigação, até aí inexistente nos países europeus, com excepção da Grã-Bretanha, país que, tal como os Estados Unidos, conhecera esse desenvolvimento já desde antes da guerra.

34.a) Esta descrição histórica mostra que dois factores influenciaram de modo particularmente importante a evolução das ciências sociais depois de 1945: por um lado, as crescentes solicitações de informação por parte da administração pública; por outro lado, a herança intelectual de certas disciplinas.

A combinação destes dois factores não teve porém, as mesmas consequências para todas as disciplinas das ciências sociais. As ciências económicas foram as primeiras a ser solicitadas pela administração. Foi assim que a tendência para a quantificação e a modelização se tornou predominante nas ciências económicas muito antes de nas outras disciplinas, as quais continuaram marcadas pelas disciplinas tradicionalmente dominantes na instituição universitária: filosofia, história e direito.

Afirma-se frequentemente que as ciências económicas puderam «desenvolver-se melhor», ou «avançar mais depressa» que as outras disciplinas sociais em virtude da ligação muito forte entre a procura social e as preocupações teóricas. Mas esse grau de desenvolvimento, aparentemente mais elevado, que indica antes de mais uma forte ligação entre trabalho empírico e teórico, não permite concluir forçosamente que possuam um grau mais elevado de objectividade e de «verdade» ou mesmo de eficácia.

35. No momento em que as disciplinas das ciências sociais foram finalmente reconhecidas (cerca de 1960) pelas universidades, através da criação de diplomas específicos, a investigação estava já demasiado fortemente implantada noutras instituições para que a universidade pudesse assumir o papel de instância exclusiva de controlo de qualidade e de consagração científica.

36. A posição relativamente dependente (organizacionalmente e financeiramente) dos grandes centros de investigação social e o lugar privilegiado conferido à recolha de informações quase que institucionalizou a concepção empirista, conferindo-lhe uma predominância de facto. Com base nesta concepção, um certo entendimento e cumplicidade pudera estabelecer-se entre investigadores e funcionários: as esperanças tecnocráticas conjugavam-se com os interesses de certos investigadores à procura de financiamentos e de mercados.

37. Seria, no entanto, errado concluir pela existência de uma adequação real entre a investigação e as solicitações expressas pelos agentes do poder: na realidade o aparelho administrativo não estava em posição de formular

³ Ver OCDE, *Le Système de la Recherche*, vol. 1, *Allemagne, France, Royaume-Uni*, Paris, 1973. É o caso, por exemplo, do CNRS em França, dos institutos da Max Planck Gesellschaft na República Federal da Alemanha, ou dos Conselhos de Investigação (sobretudo NTNF e NAVE) na Noruega.

os seus problemas em termos de pesquisas, nem — não menos por tradição do que por causa da formação do seu pessoal — de integrar realmente os resultados da investigação no seu trabalho de gestão. Acrescenta-se a isto o facto de os organismos de investigação sob tutela do aparelho administrativo terem frequentemente conseguido conquistar uma certa autonomia. O resultado foi a falta de adequação entre os problemas de gestão e os temas de investigação tratados.

38. Esta situação ambígua, caracterizada por uma expectativa difusa por parte da administração e, da parte de um grande número de investigadores, por uma sobrevalorização da oferta de investigação («over-selling»), não podia manter-se. Essa falsa harmonia, que contribuiu para uma espécie de adaptação intelectual ao poder político traduzida no abandono das questões não quantificáveis, consideradas por conseguinte como não científicas (as do poder e da dominação, entre outras), não resistiu ao agravamento dos problemas sociais. Por um lado, os trabalhos que visavam realizar o sonho duma tecnologia social continuavam a ficar muito aquém das esperanças neles depositadas; por outro lado, a contestação propriamente científica fazia-se ouvir cada vez mais.

39. Acrescente-se a tudo o que ficou dito que, em todos os casos em que o consenso não se circunscrevia ao simples objectivo do crescimento económico e era portanto mais difícil de estabelecer, certos programas de investigação levavam a conflitos entre as partes interessadas. Em domínios como os da reforma interna das empresas, do urbanismo ou da educação, os conflitos ideológicos eram demasiado poderosos para que pudessem ser definidas *a priori* finalidades comuns ou para que — *a posteriori* — os resultados da investigação fossem aceites como «objectivos» pelos que neles estavam implicados.

40. Podem-se citar vários exemplos: no início dos anos 60, foram lançados na República Federal da Alemanha programas de investigação sobre a participação dos operários nas empresas. Financiados conjuntamente pela União Sindical (DGB) e pelo patronato, surgiram divergências insuperáveis quando da apresentação dos resultados, pretendendo cada uma das partes ver por eles confirmados os respectivos argumentos. E por causa disto as investigações quase não tiveram consequências directas sobre a política das empresas, sobre a distribuição do poder no sistema da propriedade industrial ou sobre o controlo dos meios de produção.

41. Na Noruega, um programa similar, mas mais experimental e concebido para mais longa duração, deu, pelo contrário, resultados mais concretos⁴. A convergência de pontos de vista entre o governo social-democrata e o sindicato, factor que, nessa época, não teve equivalente na República Federal da Alemanha, favoreceu esse êxito.

42. Um outro exemplo de relações difíceis entre a investigação e a política é o do urbanismo e do ordenamento do território. Largamente inspirada pela planificação económica e por certas concepções sociológicas (as quais muitas vezes não se encontravam suficientemente escoradas por trabalhos de investigação), inicialmente impôs-se a moda dos centros de gravitação e das áreas metropolitanas. Mas os habitantes das «cidades satélites» ou «cidades novas» fizeram com que essa teoria na moda fosse posta em causa com base nos problemas de transporte, nas distâncias

⁴ Ver OCDE, *The Social Sciences and the Policies of Governments*, Paris, 1966, pp. 55-57.

entre lugar de trabalho e lugar de habitação, nas condições de meio ambiente. E os próprios planificadores acabaram por contestar a funcionalidade urbanística e arquitectural de tal concepção.

43. Mas o domínio onde mais significativamente se revelaram as contradições das ciências sociais aplicadas, ou melhor, as contradições da aplicação das ciências sociais, foi o domínio da educação: a partir do início dos anos 60, assistiu-se a esforços quantitativos consideráveis para «mobilizar os recursos intelectuais». No decurso do decénio seguinte, em diferentes países, os efectivos escolarizados no ensino secundário e superior duplicaram, triplicaram ou mesmo quadruplicaram⁵. A partir duma argumentação económica — adequação da formação às novas exigências do mercado de trabalho —, a investigação depressa transformou, porém, o debate. Foram em primeiro lugar os sociólogos a chamar a atenção para a desigualdade de oportunidades; depois os psicólogos apontaram na educação infantil o factor principal dessa desigualdade; e, finalmente, os linguistas (e antes de mais os trabalhos inovadores de B. Bernstein), demonstraram que a aptidão linguística e a riqueza de expressão variavam com as classes sociais e operavam indirectamente uma selecção social no acesso a diferentes profissões.

44. Desde há mais de dez anos, vem-se assistindo na Europa a uma reforma ininterrupta da educação: reforma da sua organização, das formas pedagógicas, dos mecanismos de selecção, etc. Sem pretendermos analisar aqui estas reformas extremamente diversas, convém acentuar, no entanto, que cada uma delas se inspira explicitamente em argumentos provenientes da investigação mas que, por sua vez, os adversários respectivos também igualmente se apoiam em «argumentos científicos» ou — pelo menos — contestam a «cientificidade» dos argumentos invocados a favor da reforma. A complexidade e o carácter contraditório da discussão só podem ser compreendidos se tivermos em conta a importância do que está em jogo: definir as modalidades da distribuição do capital intelectual e desse modo o acesso das diferentes classes sociais ao mercado do trabalho.

45. Uma análise de conjunto do lugar do sistema educativo no sistema social demonstrou muito claramente que os efeitos duma reforma da educação continuarão a ser muito limitados, ou mesmo nulos, do ponto de vista da democratização e da «igualdade de oportunidades», enquanto a estrutura social se mantiver inalterada⁶. Este domínio da educação mostra talvez melhor do que qualquer outro que a aplicação duma pesquisa em ciências sociais nunca é neutra mas que, muito pelo contrário, pode modificar — em graus diversos — as relações de força existentes.

46. Convém, finalmente, salientar um outro factor que explica o êxito extraordinário das ciências económicas aplicadas comparativamente ao êxito alcançado por todas as outras disciplinas (com excepção, talvez, da psicologia que conseguiu profissionalizar-se em certas práticas terapêuticas e de consulta): os que se dedicavam à investigação económica e os que preparavam a política económica eram muitas vezes os mesmos⁷. De facto, praticamente em todos os países europeus, os economistas tinham conseguido ocupar posições administrativas importantes, o que não sucedeu

⁵ Para conhecer o aumento exacto por país, ver OCDE, *Developpement de l'Enseignement Supérieur 1950-1967, Statistiques par Pays*, Paris, 1970.

⁶ P. Bourdieu, J.-C. Passeron, *La Reproduction*, Paris, Éditions de Minuit, 1968.

⁷ O exemplo mais ilustre de tal identidade é certamente o de R. Frisch e da sua escola. Ver OCDE, *La Politique des Sciences Sociales, Noruega*, relatório.

com os diplomados das outras disciplinas das ciências sociais. A alta administração pública continuava quase sempre reservada a corpos administrativos constituídos (caso da França) ou aos juristas (caso típico dos países de língua alemã com o seu «juristenmonopol»).

47. Este primeiro período de tentativas de elaboração de políticas de ciências sociais foi caracterizado cientificamente pela institucionalização da investigação social — quase sempre fora da universidade —, pela predominância duma concepção empirista e pela instalação duma infraestrutura de recolha de dados e de cálculo. A criação desta infraestrutura continua a ser o grande contributo deste período, já que, independentemente de toda e qualquer concepção teórica, a informação de base continua a ser indispensável a qualquer investigação.

V

AS TRANSFORMAÇÕES DOS ANOS 60

48. A ideologia duma «tecnologia social» baseada nas ciências sociais, que prevaleceu durante o primeiro período da institucionalização das ciências sociais, já não goza de aceitação. Os acontecimentos de Maio de 1968 e a revolta estudantil, com a sua contestação da ciência e da técnica como fontes ou fundamentos de dominação⁸, são geralmente referidos como pontos de ruptura. Esta visão parece-nos ser, todavia, muito simplista. A constelação de acontecimentos desencadeados desde os fins dos anos 50 permite antes descrever este fenómeno em termos, não de «ruptura total», mas de transformações e modificações em diversas linhas de evolução.

49. A evolução aqui descrita manifestou-se sob diferentes formas. Assim, essa evolução assemelha-se mais a uma ruptura nos países onde os conflitos científicos foram amplificados pela importância de que se revestiram as divergências políticas e o debate ideológico — é o caso, em primeiro lugar dos países mediterrânicos e em menor medida da República Federal da Alemanha. A este fenómeno político juntou-se, em certos casos, o do reconhecimento particularmente tardio das ciências sociais. Nos países anglo-saxónicos e escandinavos, pelo contrário, o processo revelou-se mais gradual, sem conhecer nem o mesmo tipo nem sobretudo a mesma intensidade de crises.

50. Em primeiro lugar, há que referir a renovação das ciências sociais operada no seio da universidade. Dominadas no seio desta instituição pelo direito e pelas letras clássicas, as ciências sociais só foram reconhecidas definitivamente por volta de 1960 (com muito poucas excepções). Este reconhecimento variou com os países e as disciplinas. As ciências económicas e a psicologia contam-se em todo o lado entre as primeiras disciplinas a ser reconhecidas, estando, pelo contrário, a sociologia e as ciências políticas entre as últimas a serem reconhecidas. A Grã-Bretanha e os países escandinavos criaram cadeiras universitárias no domínio das ciências sociais geralmente mais cedo do que a Alemanha, a França e os países mediterrânicos. Nos organismos de investigação sob tutela adminis-

⁸ O ano de publicação do livro de J. Habermas, *Technik und Wissenschaft als Ideologie*, Frankfurt, Suhrkamp, 1968, qualifica-o simultaneamente como um desencadeador e um resultado da revolta estudantil.

trativa, onde as ciências sociais se puderam desenvolver depois de 1945, o trabalho teórico foi negligenciado em benefício da constituição dum sistema de informação. Ora, a criação de novos postos de trabalho mais independentes do controlo político que os dos serviços de investigação sob tutela administrativa e a comunicação com as disciplinas «tradicionais» e mais ricas em teorias encorajaram a realização no seio da universidade de trabalhos que se inscreviam nas grandes tradições europeias.

51. O recrutamento depois de 1960 duma importante quantidade de docentes investigadores em ciências sociais contribuiu para diversificar o debate intelectual. Este recrutamento explica-se antes de mais pelo crescimento mais acentuado dos efectivos estudantis em ciências sociais do que nas outras disciplinas⁹. Uma vez aceites o trabalho empírico e o aspecto técnico da investigação, estes docentes-investigadores podiam romper com o estilo universitário tradicional, ligando o trabalho de pesquisa a preocupações teóricas.

52. A concepção empirista que encontrava na quantificação a sua caução científica perdeu, em consequência, o seu carácter de monopólio. Problemas largamente recalcados na pesquisa empirista, em virtude de não serem mensuráveis, como o do «poder», da «dominação», da estratificação em «classes» e já não só em «categorias socioprofissionais», reencontraram o seu lugar bem no centro do debate científico.

53. A renovação da investigação inspirada pelo marxismo, tão evidente no final dos anos 60, não é senão um dos aspectos da evolução que acabamos de referir. A recrudescência de interesse de que foram alvo os trabalhos de Weber, de Durkheim e de Freud remonta igualmente ao período em questão. Além disto assistiu-se no início dos anos 60 a uma importante dinâmica entre as diversas disciplinas: assim, o pensamento estrutural elaborado durante os anos 40 nos trabalhos etnológicos de C. Lévi-Strauss teve em França uma importante influência em todas as ciências sociais e humanas; a linguística serviu aos investigadores de muitas outras áreas, como modelo metodológico; a reflexão psicanalítica inspirou trabalhos incidentes sobre praticamente todos os domínios da realidade social.

54. Este reflorescer de trabalhos dirigidos mais no sentido duma compreensão teórica e já não limitados à recolha de informação empírica, provocou simultaneamente o aumento dos debates científicos. Os pontos culminantes destes debates foram, por um lado, na Alemanha, o conflito entre representantes da «escola de Frankfurt» e do «racionalismo crítico» e, por outro lado, na França, o conflito entre os investigadores que se inspiravam nos trabalhos americanos e os estruturalistas. Mas, por toda a parte, o que se manifestou a partir dos anos 60 foi a oposição dos representantes das «ciências sociais críticas» aos representantes de concepções amalgamadas sob a designação de «ciências sociais à americana»¹⁰.

⁹ Ver OCDE, *Developpement de l'Enseignement Supérieur, Statistiques par pays*, Paris, 1970.

¹⁰ Th. W. Adorno, *Der Positivismstreit in der deutschen Soziologie*, Neuwied, Luchterhand, 1961; um outro exemplo mas do ponto de vista dum sociólogo empirista é o livro de R. Boudon, *La Crise de la Sociologie*, Genebra, Droz, 1971. Ver também A. W. Gouldner, *The Coming Crisis of Western Sociology*, Nova Iorque, Basic Books, 1970.

A citação de três livros sociológicos indica logo que o conflito era mais vivo na sociologia, mas pode-se afirmar que nenhuma das outras disciplinas das ciências sociais escapou a esse debate.

55. No final dos anos 60, e sob pressão do movimento estudantil, esse debate transformou-se progressivamente num confronto entre as ciências sociais «burguesas» e o marxismo. Este confronto interno possibilitou não apenas a contestação da tecnocracia mas igualmente a contestação das concepções científicas e das pesquisas de que aquela se reivindicava. Neste contexto, podem-se compreender as desilusões da administração pública quanto ao contributo possível das ciências sociais para a resolução dos problemas sociais e igualmente o seu «desinteresse» por pesquisas que, não há muito tempo, suportava totalmente. Funcionários que haviam recorrido às ciências sociais na esperança dum consenso político induzido a partir da informação científica, viam-se confrontados, não somente com uma contestação que os tomava por alvo, mas também com a diversidade das escolas de pensamento e com um debate ideológico.

56. Ao mesmo tempo, as necessidades de informação e de pesquisas relativas a domínios de intervenção do Estado aumentavam fortemente: ao domínio económico vieram juntar-se, desde o início dos anos 60, os domínios do urbanismo, da educação, dos transportes e da saúde, considerados como prioritários do ponto de vista das necessidades de gestão. O fracasso relativo duma orientação das pesquisas pela via da dependência jurídica dos organismos de investigação sob tutela de administrações técnicas, assim como a ausência duma comunidade científica homogênea e de concepções científicas universalmente reconhecidas, constituíam outros tantos argumentos a favor de uma transformação dos instrumentos de financiamento da pesquisa social. E é assim que ao financiamento por subvenção global de organismos se vem juntar, a partir de meados dos anos 60, um financiamento por contrato, que permite uma orientação temática mais directa de cada investigação e, além disso, a possibilidade de escolher entre as várias escolas concorrentes.

57. A organização da política contratual levou a administração pública de vários países a dotar-se com serviços especializados de estudos e de investigação. E é claro que os funcionários que serviam de intermediários entre os decisores políticos e esses serviços ficaram colocados numa situação difícil e contraditória, entre, por um lado, os investigadores desejosos de manter a sua independência e, por outro lado, uma administração preocupada em obter, na maior parte das vezes em prazos incompatíveis com as exigências da investigação, resultados utilizáveis.

58. Um dos equívocos entre decisores políticos e investigadores sociais, perante o qual se vêem colocados os funcionários intermédios é o facto de os decisores esperarem implicitamente duma investigação a solução «técnica» do seu problema. As relações que a alta administração pública e os decisores políticos estabelecem com a investigação apresentam-se, na verdade, cheias de contradições. Por outro lado, durante os períodos politicamente «calmos», a alta administração pública considera a investigação um luxo e manifesta um grande liberalismo, ou mesmo uma grande indiferença, relativamente à orientação da investigação, negligenciando simultaneamente os seus resultados. Atitude que se altera subitamente nos momentos de «crise», quando aos ministérios se voltam a deparar dificuldades políticas ou administrativas nas suas intervenções: pede-se então à investigação o impossível — que pode ir até à solicitação de elementos para uma reorganização completa de grandes instituições. Mas, frequentemente, o que os decisores esperam implicitamente da investigação é que esta encontre argumentos para a defesa de uma política pré-determinada, visto

que o argumento da «cientificidade» faz com que uma medida política passe mais facilmente. Um outro eco daquela posição dos decisores verifica-se nas reticências da alta administração pública de muitos países relativamente a investigações aprofundadas que tenham por objectivo controlar sistematicamente e *a posteriori* os resultados da adopção de uma dada reforma.

59. O estabelecimento de uma burocracia com a função de lançar e de organizar a investigação social põe igualmente o problema da sua influência sobre o conteúdo das investigações. Perseguindo objectivos políticos e simultaneamente científicos, esses funcionários podem ser tentados a influenciar o quadro conceptual das investigações que financiam, com a finalidade de verem difundidas através da investigação as suas concepções políticas. Ora, o desenvolvimento da teoria está ligado a procedimentos conducentes a conceitos capazes de descrever a realidade. Existe pois o perigo de se perpetuarem nas investigações por contrato conceitos pré-científicos construídos por razões administrativas ou mesmo políticas e ideológicas.

60. Vê-se, assim, que a contestação científica, tendo por alvo os mandarin universitários ao serviço da ordem estabelecida, facilitou, afinal indirectamente, pelo seu efeito de desestruturação interna da comunidade científica, a alteração nos modos de financiamento. Ora, estes últimos tendem a subordinar as preocupações científicas às preocupações das forças políticas e económicas dominantes.

61. Como reacção a esta alteração dos mecanismos de financiamento, assiste-se desde o fim dos anos 60 a uma reinterpretação da autonomia científica e a uma alteração de estratégia por parte dos investigadores socialmente comprometidos. Após o alargamento do financiamento contratual a todas as instituições científicas e a limitação do financiamento por subvenção global aos organismos — o que se traduziu concretamente por uma paragem na criação de postos de trabalho para investigadores — o estatuto de investigador deteriorou-se e o seu prestígio social diminuiu: a situação de investigador-funcionário, socialmente considerada como a garantia por excelência da objectividade científica e da imparcialidade, é substituída progressivamente pela de investigador-contratado a título eventual, submetido às mesmas pressões e inseguranças que atingem qualquer outro assalariado do sector privado¹¹.

62. Aos conflitos puramente intelectuais, e como sua consequência, junta-se uma transformação do meio científico que não deixa de ter efeitos na política da investigação. O fenómeno mais significativo, desde há alguns anos a esta parte, daquela transformação¹² é a sindicalização dos investigadores. Em certos países, o problema do emprego domina os debates de política científica e, por vezes, os sindicatos quase se sobrepõem às associações científicas.

¹¹ Para um exemplo quantificado ver OCDE, *La Politique des Sciences Sociales*, Paris, 1975, Particularmente forte em França; pesquisas noutros países confirmam esta tendência. Ver E. Crawford, N. Perry (organizadores), *Organized and Demands for Social Knowledge*, Londres, Sage Publications.

¹² H. A. Rose, S. P. R., *The Incorporation of Science*, documento apresentado na reunião sobre «Institutions and Science Public Policy» promovida pela New York Academy of Sciences, em Outubro de 1974; o documento analisa esse processo e chega à conclusão que a «Scientific Community» está a transformar-se em «Scientific factory».

63. Estas alterações no mercado do trabalho intelectual tiveram igualmente efeitos sobre a interpretação da «autonomia científica». Os investigadores politicamente comprometidos e radicais tiveram de reconhecer que a autonomia universitária, criticada como sendo uma «torre de marfim», permitia afinal — uma vez alcançadas situações estáveis — dispor de uma base material para reflectir segundo linhas opostas às do poder e proporcionava a possibilidade de empreender experimentações sociais originais e inovadoras. Jovens investigadores, sobretudo, tentaram utilizar de uma maneira progressista a sua «autonomia» científica, aliando o seu trabalho intelectual aos interesses de grupos sociais desfavorecidos. Essas tentativas — realizadas sob fórmulas múltiplas e variando de país para país — são geralmente designadas de «investigação-acção».

64. A preocupação da utilidade e da pertinência sociais abriram, assim, o caminho, por um lado, à investigação contratual directamente ligada às solicitações administrativas e, por outro, a uma «investigação-acção» ao serviço de grupos desfavorecidos. Quanto à primeira, largamente influenciada pelos grupos de pressão que controlam o aparelho de Estado, permitiu o lançamento de grandes programas de investigação em domínios anteriormente negligenciados, nomeadamente o urbanismo, os transportes, as técnicas pedagógicas, a saúde, etc. Quanto à corrente da «investigação-acção», dedicou-se prioritariamente a domínios marginalizados por uma sociedade que negligencia os grupos sociais não organizados: a sua influência exerceu-se sobretudo nos domínios da psiquiatria, da criminologia, da delinquência, da renovação urbana.

65. Estas posições políticas remetem igualmente para posições científicas. O trabalho realizado sob iniciativa da administração pública absorve na realidade a maior parte do financiamento da investigação. A função de informação e de recolha de dados continua a ser preponderante. A teorização destes trabalhos mantém-se largamente dentro da tradição das ciências sociais neopositivistas, tradição que renuncia à construção duma teoria da sociedade e se contenta, segundo uma classificação de R. K. Merton, com «teorias de médio alcance», susceptíveis de serem convertidas em acções políticas pragmáticas. É preciso contudo acentuar que estes trabalhos tentam incluir o maior número possível de variáveis e, dessa maneira, descrever a realidade de um modo mais completo.

66. O movimento dos indicadores sociais é o melhor testemunho desta tendência. Até ao fim dos anos 60, os indicadores económicos foram mais utilizados que qualquer outro tipo de medidas quantitativas para avaliar periodicamente as «performances» duma sociedade. É certo que os indicadores sociais permitem conhecer melhor as realizações duma sociedade no decurso dum dado período. E podem contribuir, além disso, para um aprofundamento do esforço estatístico duma maneira que se pode tornar fecunda para a própria investigação. Todavia os indicadores sociais, tal como os indicadores económicos, serão sempre provisórios e estarão sempre sujeitos a modificações.

67. A corrente neo-marxista, nas suas várias cambiantes, inspirou a «investigação-acção» politicamente comprometida. É um facto ter esta corrente conseguido marcar fortemente o debate intelectual; mas tanto do ponto de vista do financiamento como do ponto de vista dos trabalhos efectuados, ela continua minoritária, sendo os seus representantes os mais ameaçados por uma situação de emprego precária.

67.a) Esta descrição pode dar a impressão que a investigação social se reduz no fundo a duas correntes opostas, uma positivista, ocupando-se de domínios de estudo com interesse para a administração pública, e a outra, neo-marxista, incidindo na crítica à ordem estabelecida. Mas na realidade não se trata de correntes assim homogêneas: no seio de cada uma delas opõem-se concepções e pontos de vista divergentes. E se é um facto que estas duas correntes ocupam a boca de cena nas discussões acerca das estratégias de aplicação das ciências sociais, a realidade é que elas não cobrem todas as investigações empreendidas.

67.b) Através desse debate no interior das duas correntes desenham-se novas tendências que poderão precisamente marcar a próxima etapa da evolução das ciências sociais: integração de variáveis até aqui negligenciadas no estabelecimento das estatísticas nacionais, em relação com a constituição de indicadores sociais; profissionalização mais intensa de todas as disciplinas sociais; mais amplo recrutamento de especialistas em ciências sociais pelas administrações técnicas para tarefas de planificação e de prospectiva; uma maior tomada de consideração relativamente a certas análises críticas, frequentemente ainda rejeitadas sob pretexto do seu carácter «irrealista» ou «utópico».

68. Esta evocação histórica a que acabamos de proceder mostra que a situação mudou de um duplo ponto de vista: de uma concepção das ciências sociais geralmente perfilhada passou-se a um grande número de abordagens e de esforços teóricos que, ainda para mais, variam de uma disciplina para outra. A uma atitude de difusa expectativa e, frequentemente, de boa vontade por parte da administração pública seguiu-se um certo cepticismo. Que soluções podem ser encaradas face a esta situação aparentemente caótica?

VI

LINHAS DIRECTRIZES PARA AS POLÍTICAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

69. Quanto mais o debate científico tomou o aspecto de um debate político, mais aumentaram as dificuldades de elaboração duma política das ciências sociais: toda e qualquer decisão passou a ser passível de contestação por uma parte ou por outra. Ter-se-á, por isso, de renunciar a uma «política» neste domínio, ou, pelo contrário, haverá que levar a cabo uma política que assuma integralmente as consequências de certos debates e que, de entre as presentes «concepções» das ciências sociais, opte pelas que se apresentam mais convergentes com as concepções políticas e ideológicas do governo estabelecido? Pode-se afirmar que, de acordo com as experiências que até agora foi possível acumular, nenhuma destas duas vias parece produzir os resultados esperados. O que se deve é antes tirar as lições da história (bastante recente) dessa muito difícil associação entre a pesquisa social e a política.

70. A história intelectual das ciências sociais atrás evocada demonstra que as ciências sociais se apresentam sempre relativamente permeáveis às influências políticas e ideológicas externas. Além disso, o debate interno sobre os fundamentos epistemológicos e metodológicos está longe de se encontrar encerrado. As ciências sociais não seguem na sua evolução, nem

o modelo de acumulação, nem o de «revoluções científicas», de um paradigma para outro¹³. A política que pretenda desenvolver as ciências sociais, para delas, depois, poder tirar melhor partido, terá de estabelecer como seu objectivo não amputar esse debate interno. Deverá, por consequência, conduzir a um sistema de investigação pluralista e concorrencial, não sob o ponto de vista dos modos de financiamento, mas do ponto de vista das condições que a discussão intelectual exige.

71. Que conclusões podemos, então, tirar, a partir desta descrição e desta reflexão, com interesse para as políticas das ciências sociais? Antes de mais, devemos constatar que não pode haver um «modelo» único de política das ciências sociais. Mas que, com base na evolução da relação entre política e ciências sociais, se podem formular alguns problemas e linhas directrizes que se deveriam ter sempre presentes nessa política. É precisamente esta a concepção seguida pelo programa da OCDE na matéria; esse programa esforça-se, assim, com base numa análise comparada das diversas experiências nacionais, por precisar as condições em que pode ser melhorada a relação entre a investigação e a decisão. A questão não se reduz à utilização dos resultados das investigações pelos órgãos de decisão; mas passa também pela preocupação de assegurar o desenvolvimento das diferentes disciplinas e pesquisas *por si mesmas*, desenvolvimento esse que é condição prévia do progresso dos conhecimentos e, consequentemente, das suas aplicações possíveis*.

- a) A associação mais estreita da informação económica e social à decisão política (primeiramente no domínio económico, mais tarde nos domínios do ordenamento do território, do ensino, da justiça, da saúde, etc.) contribuiu consideravelmente para transformar as relações entre os poderes legislativo e executivo em favor deste último. Trata-se de uma evolução que contribuiu para a deslocação dos mecanismos de legitimação para comissões consultivas ou de especialistas funcionando junto das administrações¹⁴. Esta crescente disparidade entre a função formal dos parlamentos e a sua capacidade real de controlo e de iniciativa é o problema-chave de toda e qualquer política das ciências sociais. Dotar os parlamentos com uma importante infraestrutura de informação (comissões e meios de inquérito, biblioteca, documentação, etc.), tal como a que existe nos Estados Unidos, voltaria a garantir-lhes o exercício mais eficaz da sua função de controlo político.

A associação mais estreita entre a investigação e a decisão política faz do acesso aos resultados da pesquisa um problema-chave, e não apenas para a actividade política ou sindical. Quanto mais se torna importante a função de informação exigida às actividades

* Ver *Développement et Utilisation des Sciences Sociales*, relatório provisório preparado pelo grupo intergovernamental para a política das ciências sociais do Comité da Política Científica e Tecnológica da OCDE e apresentado na reunião de ministros da OCDE responsáveis pelos assuntos científicos e tecnológicos, em Junho de 1975.

¹³ Fomos buscar a Thomas S. Kunhn, *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago, University of Chicago Press, 1967, os conceitos de «revolução científica» e «paradigma».

¹⁴ Ver as análises seguintes que confirmam esta tendência: N. Luhmann, *Legitimation durch Verfahren*, Neuwied, Luchterhand, 1969; J. Habermas, *Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus*, Frankfurt, Shurkamp, 1972.

de investigação e de estudos em ciências sociais, tanto mais o acesso a esta informação se torna uma questão vital para o funcionamento democrático das instituições. Essas informações estão na base da argumentação política e da acção da administração pública; e o atraso na recepção da informação pelas organizações políticas e sindicais pode tornar-se um factor determinante do debate político.

- b) A constituição de bancos de dados e de séries de informação sobre a população e os diferentes sectores de actividade, por um lado, e, por outro, a falta de meios da maior parte dos centros de investigação para empreenderem inquéritos em grande escala, fazem do acesso àquela informação estatística um problema importante do desenvolvimento das ciências sociais: um acesso o mais livre possível deveria garantir que todas as concepções teóricas pudessem ser confrontadas com a realidade. Uma concertação entre os organismos estatísticos e os centros de investigação deveria garantir que os conceitos e as classificações que estão na base dessas estatísticas não excluam por definição a possibilidade de certas teorias serem postas à prova.
- c) A política contratual deveria ser modificada. Em primeiro lugar, os contratos de investigação nunca deveriam estar ligados aos contratos de trabalho dos investigadores. A ligação entre a contratualização da pesquisa e a contratualização dos investigadores leva a situações sociais que têm todos os inconvenientes sem qualquer vantagem em contrapartida¹⁵. Paradoxalmente, num domínio que está quase exclusivamente sob o controlo dos poderes públicos, é a própria administração pública que não leva em conta os princípios que orientam a legislação social.
- d) Dever-se-ia tentar estabelecer uma relação mais clara entre modo de financiamento e produto financiado. A investigação propriamente dita devia continuar a ser financiada por subvenção ou por contratos a médio ou a longo prazo (de 3 a 5 anos no mínimo). Tal financiamento deveria garantir o prosseguimento de verdadeiros programas de investigação. Contratos a mais curto prazo não o permitem e só servem, na melhor das hipóteses para a realização de trabalhos de informação (pesquisas e inquéritos) e para um certo trabalho de documentação e de reflexão.
- e) Para orientar tematicamente a investigação social, a administração pública deveria tentar limitar a importância das investigações suscitadas directamente por solicitações formuladas por grupos de pressão organizados. Deveria favorecer a pesquisa nos domínios da vida social que continuam marginalizados pelas sociedades industriais. A investigação social poderia assim contribuir para uma melhoria das condições de vida de minorias desfavorecidas ou para fazer aceitar comportamentos considerados «desviados» e socialmente estigmatizados.
- f) No caso de trabalhos de informação de base tantas vezes indispensáveis à administração pública, os grandes organismos sob tutela administrativa revelaram-se uma solução satisfatória. Para evitar

¹⁵ Isto é sobretudo verdade para o panorama francês, ver OCDE, *La Politique des Sciences Sociales: France (Rapport des Examineurs et compte rendu de la réunion de confrontation)*, Paris, 1975.

um muito grande choque entre uma autoridade política e o «seu» instituto de informação, seria útil encorajar pesquisas de avaliação tanto do trabalho administrativo como das actividades do organismo de informação.

- g) Quanto à organização do sector tradicionalmente mais autónomo do sistema da investigação — a Universidade, outros estabelecimentos de ensino superior bem como o sector «peri-universitário» (ver mais acima) —, foram os seguintes os critérios mais invocados nas reformas recentes: a rendibilidade (que é, aliás, muito raramente definida), a «massa crítica» medida pela dimensão dos centros, etc. Mas estes critérios economicistas e quantitativos quase nunca ajudaram a mudar realmente a estrutura destas instituições. Nos departamentos reformados e dotados duma dimensão suficiente para atingir aquilo que se entendeu designar «massa crítica», ressurgiu a antiga instituição da cátedra. Pelo contrário, a democratização dessas instituições adquire todo o seu sentido se for associada a uma abolição das hierarquias internas que regulam as carreiras científicas e que se opõem a um livre debate intelectual.
- h) É necessário encorajar as investigações que se situam na fronteira das ciências da natureza — na fronteira da tecnologia, por um lado, e das ciências biológicas e sociais por outro — se quisermos clarificar melhor as transformações que mais virão a afectar as nossas sociedades.
- i) Para resolver os problemas postos à administração pública, devem os estudos «técnicos» (principalmente os destinados a aumentar a informação) ser melhorados e continuar a desempenhar o seu papel. Mas as investigações críticas e teóricas podem frequentemente contribuir mais para uma política de reforma, política essa que, num contexto muito diversificado, exige soluções muito diversas e não uma crença fácil na mera transposição de modelos que provaram a sua validade num dado país.
- j) A proliferação de profissões sociais mediadoras nos domínios do ensino, da saúde, etc., deveria ser ligada a programas de formação contínua e a programas de investigação, de modo a evitar-se que essas profissões — que deveriam ser agentes de mudança em favor de uma sociedade mais justa e mais igualitária — se tornem forças conservadoras e agentes do controlo social.
- l) Com vista a estimular uma política ao nível europeu, o intercâmbio de experiências, tanto práticas como teóricas, pode simultaneamente aumentar a compreensão mútua e fornecer material que, só por si, permita proceder a uma aplicação que evite a reprodução de erros e fracassos. O desenvolvimento do intercâmbio científico na Europa, poderia modificar a situação paradoxal que faz com que, por todo o lado na Europa os trabalhos americanos sejam o ponto de referência mais comum, enquanto que trabalhos europeus muitas vezes importantes continuam desconhecidos em países vizinhos. Quanto aos pequenos países, frequentemente negligenciados na cena científica internacional, podem oferecer exemplos muito interessantes e soluções originais no domínio da aplicação das ciências sociais.

CONCLUSÕES

72. Outras linhas directrizes poderiam completar a lista anterior, que aliás pressupõe uma sociedade experimental, na qual indivíduos e grupos tentariam encontrar soluções razoáveis para os problemas, aceitando que fossem postos em causa os seus privilégios. Ora, permitirá a situação actual conduzir a uma política que, a pouco e pouco, aproxime a nossa sociedade de uma tal imagem utópica?

73. Tal como tem sido conduzida até agora, a política científica pode ser sobretudo interpretada como uma «racionalização» do sistema de produção científica, no sentido que Max Weber dá a este conceito¹⁸. Assim, ela manifesta uma clara tendência para, por um lado, a «tecnificação» e a «rotinização» do trabalho científico e, por outro, para a «cientificação» do trabalho político-administrativo e económico, isto é, para a assimilação pelos decisores político-administrativos de argumentos e de técnicas extraídas da investigação.

74. Esta evolução não transforma apenas as condições do trabalho científico. Ela opera sobretudo uma alteração nas relações dos investigadores com os agentes do poder. Parece que a actual contestação do «poder» por parte de muitos cientistas corresponde a uma crise através da qual os profissionais da gestão racional precisam de adquirir uma nova legitimidade, relativamente àqueles que detêm ainda um poder fundado em critérios tradicionais. Ora, uma vez ultrapassada essa crise, poder-se-ia então revelar muito difícil a contestação de uma classe dirigente «transformada» e mais «inteligente». A política científica deveria, nessas circunstâncias, ser interpretada como um dos factores que permitiram homogeneizar duravelmente os interesses económicos dominantes com os interesses dos intelectuais, isto é, como um dos factores que permitiram promover e estabelecer a «tecnostutura» como novo aparelho de dominação.

*Tradução de Guilherme Valente,
revista por A. Sedas Nunes*